

A ARTE DE EDUCAR AS CRIANÇAS DO POVO ENTRE SERRAS *PANKARARU*: UMA DISCUSSÃO NO ENSINO E APRENDIZAGEM

Edilma Cavalcante Santos Menezes¹

Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco²

RESUMO

O presente artigo versa acerca da relevância de educar as crianças indígenas, especificamente, as crianças *Pankararus*, de Entre Serras – Pernambuco, objetivando conhecer o modo de ensinar e aprender das crianças indígenas no processo de ensino e aprendizagem, valorizando as pessoas que contribuem para este processo de modo a compreender que os conhecimentos tradicionais do povo são relevantes para preservação de sua história. O Povo indígena Entre Serras *Pankararu* habita o Sertão de Pernambuco, na região do Médio São Francisco, tendo sua formação territorial composta por aldeamentos, localizado nos municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e de caráter exploratório e, para delimitação desta, utilizou-se de pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica. No que diz respeito à coleta de dados, esta se deu por meio das técnicas de observação *in loco* e análise de discurso da população residente nos territórios indígenas supracitados. Mediante os resultados obtidos na pesquisa é possível afirmar *a priori*, que o povo Entre Serras *Pankararu* já obteve algumas conquistas, do ponto de vista do reconhecimento e valorização de sua etnia e, tem continuado avançando nos aspectos educacionais, de saúde pública e de reconhecimento identitário enquanto atores sociais que possuem direitos que a muito foram negados e que necessitam ser de fato, (re)conquistados, resgatado e reafirmados.

Palavras-chave: Educação. Pankararu. Aprendizagem.

ABSTRACT

This Article deals about the importance of educating the indigenous children, specifically, children Pankararu community, Between Saws - Pernambuco, aiming to know the mode of teaching and learning of indigenous children in process of teaching and learning, valuing the people who contribute to this process in order to understand that the traditional knowledge of the people are relevant to preservation of its history. The indigenous People Between Saws Pankararu inhabits the Backlands of Pernambuco, in the region of the Middle San Francisco, having its territorial formation composed of villages, located in the municipalities of Tacaratu, Petrolândia and Jatoba. It is a qualitative research and exploratory and delineation, for this, it was used for bibliographic search for theoretical foundation. With regard to the collection of data, is given by means of observation techniques *in loco* and discourse analysis of the resident population in indigenous territories mentioned above. Upon the results obtained in this research it is possible to say *a priori*, that the people Between Saws Pankararu has already obtained some achievements, from the point of view of recognition and appreciation of their ethnicity, and has continued advancing in education aspects of public health and of recognition identity intensification as social actors who have rights that the very were denied and that they need to be in fact, (re)won, redeemed and reaffirmed.

Keywords: Education. Pankararu. Learning.

¹ Especialista em Educação Infantil (FATIN); E-mail: edilmacavalcante@hotmail.com

² Doutoranda em Educação (UCSF/AR); Geógrafa do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – Campus Petrolina; E-mail: clecia.pacheco@ifsertao-pe.edu.br

INTRODUÇÃO

A educação é base que fundamenta qualquer tipo de organização social. Entretanto, não se pode deixar passar despercebidas as mudanças ocorridas no campo educacional nos últimos anos. A Constituição Federal de 1988 vem propor um novo olhar para a educação indígena, o resgate e valorização de sua cultura, propondo uma educação diferenciada, por meio da escola, onde as informações são pertinentes para a interação mais simétrica com a sociedade não indígena. Outro ponto importante que merece destaque é a forma de educar as crianças indígenas de acordo com as crenças religiosas, costumes tradicionais e culturais do povo subentendido.

Esta pesquisa foi originada com o propósito de investigar de que forma professores, escolas e lideranças deste povo indígena estão preparando as crianças para o enfrentamento dos entraves que se exige do indivíduo no mundo globalizado, na era da informatização, possibilitando as elas interagir dentro do seu meio social e com o mundo em seu entorno percebendo-se como ser promotor e construtor de sua própria história.

Sendo assim, possui como principal objetivo conhecer o modo de ensinar e aprender das crianças indígenas no processo de ensino e aprendizagem, valorizando as pessoas que contribuem para este processo de modo a compreender que os conhecimentos tradicionais do povo são relevantes para preservação de sua história.

Para se ter uma maior familiaridade com o tema pesquisado, fez-se necessário uma revisão sistemática nas principais obras literárias e endereços eletrônicos referentes ao tema proposto. Além do processo de

construção da fundamentação teórica, foi realizada conversas informais com professores e educandos da Escola Estadual Santa Clara, como também, com a comunidade, lideranças, pajé e cacique do Povo Entre Serras *Pankararus*.

O Povo indígena Entre Serras *Pankararu habita* o Sertão de Pernambuco, na região do Médio do São Francisco, tem sua formação territorial composta por aldeamentos, localizado nos municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá. Suas concepções de mundo caracterizam-se pela forte resistência e luta para preservar e manter sua cultura, pois se compreende que tanto os homens índios como os brancos, estão em convivência diária e não pode isolar-se, mostrando-se como parte integrante do mesmo meio, onde defende e divulga suas crenças e seus conhecimentos do mundo terreno e espiritual.

Ao observar por tais prismas, é possível descrever entendimento sobre os saberes culturais do povo demonstrando como as novas gerações aprendem os seus saberes dentro do espaço que está inserida, de forma que esses conhecimentos contribuam para que as crianças não se esqueçam dos valores culturais quando estiverem em contato com a sociedade contemporânea, preocupando-se para que não haja a degradação dos valores culturais e tradicionais do povo, e que as futuras gerações tenham sabedoria para contextualizar seus conhecimentos com os conhecimentos da cultura não-indígena. Segundo Maber (2006) quando fazemos menção à “educação indígena” estamos nos referindo, aos processos educativos tradicionais de cada povo indígena, aos processos nativos de socialização de suas crianças.

Figura 3 – Demonstração da cultura indígena na comunidade pesquisada



Fonte: Autora, 2013.

É de relevante pertinência fomentar elementos fundantes para despertar o orgulho em ser índio dos mais jovens. Conforme afirma Silva e Ferreira (2001):

Nos dias que correm a educação escolar pleiteada pelos povos indígenas e garantida constitucionalmente está associada a projetos de autonomia indígena na geração comunitária de seu modo de viver e de construir alternativas para o seu presente e seu futuro. (SILVA; FERREIRA, 2001, p. 1)

Nesse sentido, todo o levantamento feito nesta pesquisa, permitirá entender de que forma as escolas do Povo Entre Serras *Pankararu* contextualiza os conhecimentos tradicionais com as vivências não indígenas, contribuindo para a interação das crianças dentro e fora da aldeia, como também, construir uma identidade de pertencimento de sua cultura.

2. BREVE REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Origem dos Povos Entre Serras *Pankararu*

O Povo Entre Serras *Pankararu* vive em um território tradicional composto de

14.294 hectares, dividido em duas terras indígenas, Terra Indígena *Pankararu* com 8.100 hectares e Terra Indígena Entre Serras *Pankararu* com 7.755 hectares, constituída a partir do momento em que 33 lideranças *Pankararu* abriram mão destas terras. A terra foi demarcada, reconhecida e homologada sob o decreto de 19 dezembro de 2006, onde sua formação territorial é composta por 13 aldeias: Piancó, Barriguda, Salão, Lagoinha, Mundo Novo, Logradouro, Barroão, Espinheiro, Baixa de Lero, Porteirão, Folha Branca, Olho D'água do Julião e Carrapateira, localizada no sertão de Pernambuco, às margens do rio São Francisco, rio Moxotó entre os municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá à aproximadamente 520 km da capital do Recife.

Hoje, aproximadamente 3.022 indígenas vivem dentro de um espaço privilegiado de saberes e conhecimentos tradicionais interculturais, onde a comunidade envolvente obtém sua própria autonomia de optar, contornar e ampliar conhecimentos adquiridos no contexto social.

Os antepassados de Entre Serras *Pankararu* viviam em pequenos grupos, em um lugar chamado de Maloca Cana-Braba onde preservaram os costumes, tradições e rituais que constituem a herança cultural até os dias atuais, como bem enfatiza a Revista História da Biblioteca Nacional (2013),

[...] no século XX, construíram suas próprias agendas de reivindicações, lutando por seus direitos, por suas terras e por suas culturas, conquistando espaço em uma comunidade nacional cada vez mais multicolorida. No século XXI, ao contrário das previsões mais pessimistas, cresceram em número e fizeram sua voz ser ouvida. Desta vez, como mostra o nosso dossiê, sem mal-entendidos: são brasileiros, Já estavam aqui e vão ficar. (p.16)

Este Povo tem grande porte de evolução por parte da globalização em relação ao nível de conhecimento na formação profissional; a tecnologia se torna viva desde as formas de moradia como os padrões de vida de muitas famílias, mas a essência das aldeias belíssimas e os dons da sabedoria indígena não se perderam.

A pureza do Brasil miscigenado com ênfase no processo de revitalização cultural e verificação da simplicidade em detalhes como o sentimento, o orgulho, a riqueza cultural, o valor biológico. No entanto, hoje os indígenas vivem sob a influência da cultura dos não índios desde o início do descobrimento do Brasil, com a chegada da congregação de Luiz Felipe Néri catequizando os indígenas por meio da troca de objetos de uso pessoal do tipo: um espelho, joias, etc. fator bastante peculiar na vida do povo citado, históricos e registros orais e escritos descrevem o massacre e exploração vivida pelos antepassados desde a extração dos recursos naturais existentes no território por eles tradicionalmente ocupados e expulsão de suas moradias, como bem descreve (REVISTA HISTÓRIA, 2013):

O “slogan usado pelos militares na década de 1970 –” Terra sem homens para homens sem terra”. Ignorando a presença de povos tradicionais [...] a devastação da floresta e os conflitos com as comunidades que já viviam ali começaram para não ter mais fim. Os indígenas muitas vezes tiveram seu deslocamento forçado, com dispersão de seus grupos para territórios com os quais não tinham qualquer relação histórica. Vários grupos foram levados para as chamadas reservas indígenas, sem qualquer análise ética. A política era tirar os índios do caminho e botarem um gueto, onde se misturavam diferentes grupos, às vezes até inimigos entre si. Era um depósito de índios. (p. 38-39)

Somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que, em seu

Artigo 23, afirma que são reconhecidos aos índios a sua maneira de “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à união demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”, é que algumas mudanças positivas puderam ser iniciadas e implementadas. (BRASIL, 1998, p.31)

Corroborando com tal afirmação, é válido enfatizar que pelo menos o denominado “arcabouço legal sofreu modificações radicais: com a Constituição de 1988, onde pela primeira vez na história eles tiveram reconhecidos o direito à sua cultura e aos seus territórios tradicionais.” (REVISTA HISTÓRIA, 2013, p.38).

Ao entrevistar as lideranças e também anciãos do povo pesquisado é que se compreende o processo de violação dos seus direitos primordiais, cujos relatos indicam que muitas índias foram violentadas por terem uma beleza deslumbrante e os homens foram escravizados no trabalho braçal, tendo suas terras invadidas, onde, até os dias atuais, lutam pela desintrusão das mesmas. Além disso, os atores ouvidos reafirmam que os resquícios destas questões são protelados, lentamente, ao longo dos anos, fazendo os mesmos chegarem à conclusão de que o governo não compreende que é a partir da mãe-terra que eles garantem a sustentabilidade material e espiritual.

2.2 Os Costumes Culturais no Processo de Ensino Aprendizagem da Criança

A cultura indígena Entre Serras Pankararu deu-se início lá pelo período da pedra redonda, surgindo índios donos da terra, onde habitavam por todo o território brasileiro. A terra é a testemunha e a fonte

primordial da existência e resistência dos costumes, crenças, rituais de sobrevivência da luta da vida dos Entre Serras *Pankararu*. É da terra que os índios mantêm sua sustentabilidade espiritual e material. “A cultura é um sistema de significados, atitude e valores compartilhados, e as formas simbólicas nas quais eles se expressam ou se incorporam”. (VIANA, 1999, p.21).

Os recursos naturais estão presentes nas tradições e procedimentos ocultos como, por exemplo, na cura da doença fornecendo as ervas para banhos, bebidas que usam nos rituais, nos cantos e danças. O solo fornece a tinta que é usada na tradição da pintura corporal dos índios, na roupa dos praiá, para a vivência da dança, do menino no rancho. O livro didático, *Arte e Educação Física na Educação Escolar Indígena* (ROCHA, 2005), faz ênfase com bastante clareza ao falar da importância da dança na prática dos rituais sagrados:

No Brasil ainda no século XI nossos índios como acontece com os povos de cultura primitiva, em geral, expressavam os acontecimentos importantes da tribo e sua relevância diante dos fenômenos da natureza, através dos rituais dançados, que podiam durar muitas e muitas horas. [...] a dança é praticada tanto por homens quanto por mulheres, separados ou juntos, e tem vários objetos como o culto aos deuses, celebração de uma boa colheita, passagem de vida e morte, etc. (ROCHA, 2005, p.62-63).

O toré e os toantes sempre são cantados por pessoas que recebem o dom através de seus ancestrais. Observou-se que o toré é vivenciado em território aberto junto à população. É nas tradições indígenas como, por exemplo, corrida do umbu e menino no rancho, que acontecem momentos de renovação da fé. De acordo com a concepção de Grunewald (2005)

Nestas festividades, fica bastante clara a diferença entre dois momentos do ritual, que do ponto de vista musical se distinguem pelas canções apropriadas: os toantes e os torés. Os toantes são cantados por um cantor, acompanhado de maracá, empregando vocalizações nostálgicas da língua ameríndia falada pelos antepassados, ao som dos toantes dançamos praias, considerado representações físicas dos encantados as divindades culturais pelos *Pankararu*. Já os torés se caracterizam por serem cantados e dançados por todos, possuem letras em português e podem ser realizados em diferentes situações. (GRUNEWALD, 2005, pag. 284)

Diante da convivência dentro do contexto sociocultural do Povo Entre Serras *Pankararu* as crianças aprendem os conhecimentos culturais e religiosos através dos ensinamentos dos mais velhos, no convívio com a família e, por meio das práticas culturais vivenciadas pelos antepassados e praticadas até hoje pelas gerações presentes.

Embasado nesses pressupostos é que Viana (2007), afirma que a história de vida do indivíduo é, antes de qualquer coisa, uma acomodação a padrões e modelos tradicionalmente transmitidos por uma comunidade. Desde seu nascimento, os costumes moldam suas experiências e sua conduta. Quando começa a falar, ele é um produto da sua cultura e, quando cresce e pode tomar parte nas atividades coletivas, faz dos hábitos da comunidade os seus hábitos, das crenças e das impossibilidades, as suas possibilidades.

As normas estabelecidas pelo grupo definiram o papel do homem e da mulher no espaço cultural e religioso. As crianças inseridas neste contexto compreendem desde pequena que determinados costumes estão atribuídos dentro da cultura de acordo com o gênero da criança, compreendendo e

respeitando as normas definidas pelo grupo cultural, onde alguns lugares e costumes são restritos às mulheres, por exemplo, a mulher não pode usar o tonankiá (Roupão feito de croá usados nos rituais), o chapéu do menino no rancho, participar da dança do bate gancho, frequentar o poro, pegar o pirão primeiro do que os homens, cortar o fumo distribuído aos homens e oferecido aos encantados.

No ritual da corrida do imbu uma das atribuições da mulher são colher os imbus, usar roupas compostas como saís de tecido e cabelos soltos. Quanto a ambos, homens e mulheres, participarem dos rituais sagrados do povo, é necessário que todos estejam de corpo limpo, são momentos onde fortalecemos a nossa fé e sentimos a presença dos encantos. Na óptica de Maber (SILVA; FERREIRA, 2006).

Quando fazemos menção à “educação indígena” estamos nos referindo, aos processos educativos tradicionais de cada povo indígena, aos processos nativos de socialização de suas crianças. Quando observamos as atividades mais corriqueiras realizadas no interior de uma aldeia, podemos perceber que ocorreu um intenso e complexo processo de ensino/aprendizagem. No quais crianças e jovens são preparados para exercerem sua “florestania”, para se tornarem sujeitos plenos e produtivos de seu grupo étnico. (p. 16-17)

Na antiguidade, essa era a única forma de educação existente entre os povos indígenas: o conhecimento assim transmitido era mais do que suficiente para dar conta das demandas do mundo do qual faziam parte. A partir do contato com o branco, no entanto, esses conhecimentos passaram a ser insuficiente para dar conta e garantir a sobrevivência, o bem estar dessas sociedades. É fundamental agora também conhecer os códigos e os símbolos dos não índios, já que estes e suas ações passaram a povoar o entorno indígena. “Cada povo tem o seu jeito de cuidar

e educar as crianças, de acordo com a mitologia de origem e sua cultura” (REVISTA CRIANÇA, 2007, p. 35). E, é assim que surgiu, historicamente, a educação escolar indígena, como promotora de manter viva a tradição de seu povo.

O Povo Entre serras *Pankararu*, assim como os demais povos indígenas, sempre desenvolveram suas próprias formas de ensinamento e aprendizagem, de maneira que as práticas desenvolvidas dentro das comunidades indígenas seguem regras imposta pelo próprio povo, tendo como base a valorização dos saberes culturais e religiosos no qual as crianças aprendem desde pequenas em convívio na comunidade. Conforme Viana (2007):

Cultura [...] Tomada em seu amplo sentido etnográfico como este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. (p. 05).

Nesse sentido, desde muito antes à introdução da escola, os povos indígenas vêm elaborando, ao longo de sua história, complexos sistemas de pensamentos e modos próprios de produzir, armazenar, expressar, transmitir avaliar e reelaborar seus conhecimentos e suas concepções sobre o mundo, o homem, o sobrenatural. Observar, experimentar e estabelecer relações de causalidades, formular princípios, definir métodos adequados, são alguns dos mecanismos que possibilitaram a esses povos a produção de ricos acervos de informações e reflexões sobre a natureza, sobre a vida social e sobre os mistérios da existência humana, desenvolvendo uma atitude de investigação, procurando estabelecer um ordenamento do mundo natural que serve para classificar os

diversos elementos. Esse fundamento implica, necessariamente, pensar a escola a partir das concepções indígenas do mundo e das formas de organização social, política, cultural, econômica e religiosa desses povos indígenas (BRASIL, 2002).

O ensino e aprendizagem das crianças são caracterizados pelos seus próprios métodos de ensino fora do contexto de sala de aula, presentes diante das diferentes manifestações culturais existentes dentro do território, nos terreiros de praia, na dança do toré, em confecções de artefatos e por meio das histórias que constituem o contexto histórico deste povo. Para as crianças e jovens esses saberes são relevantes, a cultura praticada por eles trazem uma razão muito forte, tudo que fazem e sabem não foram adquiridos hoje, são conhecimentos que foram deixados pelos ancestrais deste povo e vivenciados em dias atuais pelas novas gerações.

2.3 Sustentabilidade e Economia

A sustentabilidade dar-se através da agricultura, empregos em empresa terceirizada, dentro e fora da aldeia, e a comercialização do que é produzido pelo artesanato da fibra do caroá, sementes e palha do Ouricuri. Há, também, a fonte de renda gerada do plantio e colheita do feijão, milho, andu e mandioca, e com a variedade de frutas da região como: a manga, pinha, caju, umbu. Com toda essa produção houve a necessidade de se criar uma associação, que recebeu o nome de Associação Indígena de Entre Serras *Pankararu* (AISP), com o objetivo de promover e fortalecer o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Povo de Entre Serras *Pankararu*, com ações que visam melhor qualidade de vida para os indígenas, já

que, devido a grande desvalorização dos profissionais e dos produtos, são raros os jovens que desenvolvem alguma atividade tradicional, o que representa uma grande preocupação dos artesãos e de toda a comunidade indígena.

Tendo a associação registrada, foi possível obter alguns resultados, graças a projetos que foram contemplados: a carteira indígena – Segurança alimentar e desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas. Através da carteira indígena são contemplados o projeto beneficiando o umbu e outras frutas nativas da aldeia; o projeto irá melhorar a vida das mulheres indígenas, uma vez que poderão aproveitar melhor o umbu e demais frutas nativas, armazenando e transformando em poupas, refrigerando-as e podendo vender na entre safra, agregando valor ao produto final, com preços mais elevados, gerando renda e elevando a alta estima das mulheres da comunidade.

Junto com o projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI), fruto do esforço conjunto do movimento indígena, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), com o apoio do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), se desenvolve o projeto GEF-CAATINGA, visando à sustentabilidade socioambiental no semiárido brasileiro, fortalecendo o uso sustentável e conservação dos recursos naturais e a inclusão social dos indígenas.

Sendo assim se pôde por em prática o que versa a Constituição da República do Brasil, de 1988, em seu Artigo 225, Capítulo VI, que ressalta a ideia de que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-

se ao poder Público o dever de defendê-lo e à coletividade o de preservá-lo, para as presentes e futuras gerações.

Os projetos capacitarão as pessoas que moram na comunidade na prática de confecção de artefatos de palha, sementes, barro e madeira. Garantindo, assim, melhores condições de vida aos indígenas. Atualmente a escassez prolongada de chuva na Região Nordeste vem afetando a economia do povo, em tese, pois, com o período de estiagem, muitos agricultores não plantaram o milho, o feijão e mandioca, e aqueles que plantaram tiveram sua safra perdida, o que, conseqüentemente, provocou aumento do preço destes alimentos nos últimos três anos. As variedades de frutas colhidas dentro da comunidade indígena vêm diminuindo constantemente a cada ano, comprometendo a renda de algumas famílias que vivem negociando diretamente nas feiras livres e, aos atravessadores que saem à procura destas frutas nas aldeias.

2.4 Educação Escolar Indígena e o Processo de Desenvolvimento do Ser Humano

Partindo do pressuposto que a educação é uma qualidade por ser capaz de possibilitar, ao indivíduo que a detém, maturidade para agir com civilidade, cordialidade, sabedoria e bom senso, pode-se, claramente, classificar a mesma como uma poderosa ferramenta capaz de proporcionar a construção de saberes e valores, esta, deveria ser uma prioridade em nosso país. Todavia, a educação antigamente desenvolvida no povo Entre Serras *Pankararu* se procedia embaixo das árvores de maneira que os professores leigos usavam pedaços de carvão e tábuas para

apresentar os conteúdos a serem ensinados e os alunos utilizavam o próprio chão para escrever, neste sentido não havia um ensino sequenciado, planejado e sistematizado com professores especializados.

Tomando a concepção de experiência do filósofo John Dewey (1980, p. 89) “Tal experiência é um todo e traz consigo sua própria qualidade individualizadora e sua alto-suficiência. É uma experiência.” O ensino na maioria das vezes acontecia na própria família onde davam importância aos conhecimentos empíricos dos mais velhos, conhecidos como detentores dos saberes tradicionais do povo supracitado.

[...] A primeira educação é na família e com os outros parentes, a segunda é da escrita do aprendizado na escola para complementar essa se fala também educação. Hoje fazemos parte da sociedade nacional e que estar competindo para o benefício da comunidade. (BRASIL, 1998, p.288).

No entanto, nota-se que a experiência de vida, junto ao convívio com a natureza, estabelece e esclarece a crença vivenciada e repassada de geração para geração ao absorver esse entendimento. Observa-se que, nos dias atuais, a pedagogia indígena tem uma missão de sistematizar os saberes tradicionais, no intuito de garantir a sustentabilidade e a valorização cultural que, para os indígenas, também, é sustentabilidade espiritual.

Porém, quando se leva em conta o fato de que a ação educativa é também um fator de caráter social, pois engloba na sua natureza as relações humanas de convivência em grupo e o pensar coletivo, é possível também admitir que a sociedade, na qual o indivíduo se encontra inserido, exerce grande influência sobre o seu desenvolvimento social e intelectual. Neste sentido, acredita-se que as crianças Entre Serras *Pankararu* vivem em um espaço

geográfico privilegiado, rodeado por uma vasta vegetação nativa, uma geomorfologia privilegiada, com quedas d'água naturais, às margens do rio São Francisco.

No entanto, ao observar tais fatores por este prisma, não se pode perceber que a sociedade vem sofrendo uma série de metamorfismos ao longo dos tempos. Os índios tinham suas próprias formas de ensinar em tempos anteriores, entretanto, após a invasão dos portugueses tudo foi modificado, e as práticas de ensino e aprendizagem passaram por etapas, até chegarem ao paradigma de escolas, salas, professores e métodos atuais. Nesse aspecto, Rocha (2005) enfatiza que:

[...] Estudos mostram que durante todo século XIX e várias décadas do século XX pode-se observar... o grande fluxo de missões religiosas encarregadas da tarefa educacional civilizatória. Em outras palavras, desde a chegada das primeiras caravelas até meados do século XX, o panorama da educação escolar indígena foi um só, marcado pelas palavras de ordem catequizar, civilizar, e integrar ou, em uma cápsula, pela negação da diferença [...]. (p.5)

Com a chegada dos jesuítas chegaram também professores não índios, com um ensino tradicional. Freire (2002, p. 96) aponta que “a função da escola era fazer com que os índios desaprendessem as suas culturas e deixassem de ser índios” e, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 foram contratados novos mestres pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para trabalhar e morar na aldeia, trazendo consigo um ensino limitado, baseado no estudo codificado, muito distante da realidade das crianças indígenas, o que se tornava desinteressante para muitos; fator preponderante para a desistência de vários estudantes, pois muitos dos

antepassados não concluíram a quarta série primária.

Outro fator que contribuiu para a interrupção dos estudos tradicionais foi o difícil acesso, porque para dar continuidade aos estudos da quinta série em diante as crianças indígenas teriam que se deslocar para o município de Tacaratu, a 13 km da aldeia, um percurso a pé, que levava horas de caminhada e ao chegar à escola de destino enfrentavam preconceito por ser índio e eram estigmatizados por ser do “mato e pobre”. De acordo com Oliveira (1988) é crucial:

Repensar o lugar da cultura na educação, repensar a educação para todos e, por tanto também para as minorias, mas especialmente a educação escolar indígena exige a educação de toda a sociedade envolvente, no sentido de minimizar nossa ignorância etnocêntrica nossas ações discriminatórias e preconceituosas e, igualmente veiculação em todas as escolas brasileiras da história e da cultura dos povos indígenas, sem idealizações nem estereótipos (p.20)

Contudo em 1998 iniciou-se a discussão acerca do *Projeto Escola de Índio*, onde lideranças, professores e povos indígenas de Pernambuco realizaram movimentos para estadualizar as escolas localizadas em território indígena com respaldo no Artigo 78 da Constituição Federal que assegura aos povos indígenas, que:

Caberá ao Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios desenvolver programas integrados de ensino e de pesquisa, para a oferta da educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os objetivos de proporcionar aos índios, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de sua língua. (BRASIL, 1998, p.32)

Assim, a maior parte das escolas indígenas estava estruturada e já possuía normas e funcionamento consoantes as diretrizes das secretarias estaduais e municipais de educação, sendo que tal estrutura geralmente impunha práticas educacionais e conteúdos programáticos que não levavam em consideração as especificidades culturais de cada comunidade indígena e seus processos próprios de aprendizagem, os ensinamentos ofertados correspondia até a antiga quarta série, não tendo outras modalidades de ensino alguns alunos terminavam seus estudos na cidade e os demais finalizavam os estudos nesta série.

Por volta do ano de 1999, o Estado brasileiro legisla e publica vasta documentação que definem diretrizes e princípios que conceitua e regulariza a política de educação escolar para as comunidades indígenas provocando questionamentos no sentido de fazer cumprir as normatizações. Em 2002 as escolas eram de responsabilidade dos municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá, que ofertavam aos índios um ensino que se distanciava da realidade indígena, desconhecendo a cultura e a tradição do Povo Entre Serras *Pankararu*, o que, naturalmente, trouxe prejuízos para o ensino e aprendizagem desse povo. Cavalcanti (2003, p.22), concebe a escola “não como um lugar único de aprendizado, mas como um novo espaço e tempo educativo que deve integrar-se ao sistema mais amplo de educação de cada povo”.

Os princípios contidos nas leis dão aberturas para a construção de uma nova escola que respeite o desejo dos povos indígenas, por uma educação que valorize suas práticas culturais e lhes conceda acesso a conhecimentos e práticas de outros grupos e

sociedades. A proposta da escola indígena diferenciada representa, sem dúvida alguma, uma grande novidade no sistema educacional do país, exigindo das instituições e órgãos responsáveis à definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismo, tanto para que essas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema, quanto respeitadas em suas particularidades. (BRASIL, 1998, p.34)

Através do movimento indígena e a Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco (COPIPE), por meio de lutas políticas e organizações, tem suas escolas estadualizadas sobre o Decreto nº24628/12.08.2002, estabelecem a estadualização do ensino indígena no âmbito da educação básica no sistema de ensino do Estado de Pernambuco, sendo que, no ano de 2003 as escolas passaram a ser administradas pelo seu povo, iniciando, assim, organizar-se internamente, criando seu próprio modelo de gestão, que tem como intuito focalizar nos conhecimentos culturais do povo, contextualizando com outros saberes em sala de aula, possibilitando ao indivíduo interagir com seu meio social e com os conhecimentos globalizados da sociedade nacional.

Com a estadualização das escolas indígenas no ano de 2002, começou-se a trabalhar uma educação numa perspectiva mais específica, diferenciada, intercultural e bilíngue, desenvolvida somente por professores indígenas, baseado na necessidade de preservar, valorizar e fortalecer a cultura e a tradição.

Para que a educação escolar indígena seja de fato específica, diferenciada e adequadas às peculiaridades culturais das comunidades indígenas, é primordial que os profissionais atuantes nestas escolas

pertencam às sociedades envolventes no processo escolar. (BRASIL, 1996, p. 50). Além dos entraves naturais no processo de ensino e aprendizagem indígenas, outros são enfrentados pela escola atual, e na escola indígena não é diferente. Há a influência da tecnologia e da mídia, onde ambas interferem, efetivamente, no contexto escolar, ora positivo, ora negativo.

Nos últimos anos, com a evolução avassaladora dos meios de comunicação, essas modificações ficaram ainda mais evidentes, passando a exigir da educação uma versatilidade, antes não imaginada por aqueles que, há alguns anos, desempenhavam trabalhos educativos sem necessidade de tecnologias modernas. Desta forma, quando se aborda a questão da educação do ponto de vista da escola, pode-se ter uma dimensão maior de como estas mudanças exerceram, exercem e continuarão exercendo influência sobre os estudantes que hoje são atendidos pelas escolas.

A linguagem tecnológica, a internet, os telefones celulares eram instrumentos que a cerca de 30 anos atrás ninguém imaginava que pudessem se tornar tão populares. Havia na educação objetivos bem definidos, conteúdos praticamente inflexíveis e uma “disciplina” centrada na ideia de “obediência” inquestionável. Porém, o midiatismo põe em cheque o trabalho educativo e a escola começa a se deparar com a necessidade de preparar os indivíduos para a vida, tarefa esta que já não é mais tão bem definida, pois daí nasce um desafio que mexe muito com a mente de todos os profissionais da educação dos tempos hodiernos e, aí nos questionamos: Como preparar as crianças e jovens para a vida, se as sociedades, os meios de comunicação, a

cultura, e os demais fatores delas provenientes, evoluem tão rapidamente?

Diante deste desafio, é importante olhar esta questão partindo do pressuposto de que a escola tem o importante papel de organizar e tornar acessível à criança às atividades de aprendizagem, enquanto que nos outros espaços sociais elas acontecem, na maioria das vezes, de forma eventual. Por este motivo, talvez, muitos alunos preferam estar mais em outros espaços, do que dentro da escola, pois nele existem regras mais definidas e uma rotina de tarefas que exigem participação e reflexão mais intensa.

Porém, o fato de a escola ser um ambiente fadado a possuir, não retira das outras instituições sociais, família e sociedade, neste caso, a obrigação de possuí-las. Nos dias de hoje, é comum às crianças crescerem em espaços sociais carentes não somente de bens materiais, mas também de afetividade e, principalmente, limites e valores.

3 REALIDADE ENCONTRADA NA COMUNIDADE INDIGENA ENTRE SERRAS PANKARARU

Por meio da pesquisa e elaboração deste trabalho foi possível conversar diariamente com os indígenas do local já mencionado e, assim, debatemos sobre a diversidade de histórias de outros povos com culturais e costumes diferentes. As histórias são os meios de se organizar. Através disso, também, oportunizou tomar conhecimento de matérias importantes sobre outros indígenas, fotos, mitos para aprofundar o trabalho de pesquisa.

A partir do contato com o não índio, os conhecimentos passaram a ser insuficiente para dar conta de acompanhar os avanços

globais e garantir a sobrevivência e o bem estar dessas sociedades. É preciso agora também conhecer os códigos e os símbolos dos brancos, já que estes passaram a povoar o entorno indígena. E é assim que, historicamente, surgiu a educação escolar no território indígena, suas concepções de mundo que caracterizam-se pela forte resistência e luta para preservar e manter sua cultura, pois se compreende que tanto os homens índios como os brancos, estão em convivência diária e não pode isolar-se, mostrando-se como parte integrante do mesmo meio, onde defende e divulga suas crenças e seus conhecimentos do mundo terreno e espiritual.

A escola indígena possui uma organização institucional semelhante às escolas dos não índios. Estas escolas se localizam nas aldeias, apresentam professores contratados e efetivos para ministrar as aulas seguindo as matrizes curriculares estabelecidas pelas secretarias de educação. Estes profissionais atuam como elo entre os índios e a cultura dos povos não indígenas, de modo a preparar os mesmos para os desafios que a sociedade exige sem esquecer-se de suas origens.

Ainda dentro deste contexto, a educação indígena atual torna-se “essencialmente distinta daquela praticada desde os tempos coloniais, por missionários e representantes do governo. Os índios recorrem à educação escolar, hoje em dia, como instrumento conceituado de luta” (FERREIRA, 2001, p. 71). Nesta perspectiva, o povo Entre Serras *Pankararu* tem buscado seus ideais através da educação, cada vez mais investindo em profissionais qualificados, de modo a equipará-los em termos de preparação com outros profissionais da sociedade, reconhecendo assim, o poder que a educação

apresenta para suas causas. No entanto, conhecer, através da arte de educar, o modo de ensinar e aprender das crianças do Povo Entre Serras, no processo de ensino e aprendizagem, valorizando as pessoas que contribuem para este processo, de modo a compreender que os conhecimentos tradicionais do povo são relevantes para preservação de sua história.

Em linhas gerais o que se pretendeu fazer ao longo deste trabalho foi uma abordagem teórica sobre a arte de educar as crianças indígenas Entre Serras *Pankararu*: Uma discussão no ensino aprendizagem. Causas e efeitos, estrutura familiar, a participação da comunidade no ensino aprendizagem ofertada pela escola, estratégias de ensino que podem diminuir os problemas de evasão. Sustentabilidade e economia, o papel da família enquanto parceira no trabalho desenvolvido pela escola, dentre outros temas que foram abordados nos referidos capítulos e que compôs não só a base teórica, mas também toda a estrutura desta pesquisa.

Vale ressaltar que para dar suporte e fundamentar a pesquisa foi preciso, além da fundamentação teórica, ouvir, dialogar com a população pesquisada e provocar algumas indagações: Como a arte de educar as crianças indígenas do Povo Entre Serras acontece? Quem são as pessoas que contribuem na aprendizagem da criança dentro do seu contexto sociocultural? Quais são os conhecimentos culturais que constitui o universo da criança? Como a escola contextualiza os conhecimentos indígenas com os conhecimentos globalizados? Qual é a formação dos professores? Como a forma de educar as crianças no seu meio social se diferencia das crianças não indígenas?

Além destas indagações iniciais, outras foram surgindo a partir do diálogo com os

atores sociais, a saber: Na proposta da escola estão inseridos os conhecimentos tradicionais do povo? Os professores têm formação específica para atuarem na educação escolar indígena? A cultura do Povo Entre Serras contribui no processo de aprendizagem das crianças? A escola envolve os conhecimentos tradicionais com os conhecimentos globalizados? As pessoas e lideranças do povo estão contribuindo na aprendizagem da criança? Os conhecimentos culturais são aprendidos dentro do seu contexto cultural? As formas de aprendizagem das crianças indígenas diferenciam das outras crianças?

Todavia, conhecer o modo de ensinar e aprender das crianças do Povo Entre Serras *Pankararu* no processo de ensino e aprendizagem, valorizando as pessoas que contribuem para este processo, de modo a compreender que os conhecimentos tradicionais do povo são relevantes para preservação de sua história, é algo de muita primazia.

Assim, a partir das investigações já mencionadas, foi possível compreender que a arte de educar as crianças do Povo Entre Serras *Pankararu* acontece na própria aldeia em interação com a família e na convivência com os mais velhos, no entanto, no Povo Entre Serras *Pankararu* esses agentes desenvolvem um papel extremamente relevante, tendo como principal objetivo transmitir os conhecimentos culturais para as novas e futuras gerações, no intuito de que as crianças de hoje sejam multiplicadores desses saberes.

Os conhecimentos culturais do povo mencionado estão relacionados às práticas tradicionais, assim como, na dança do toré, nas histórias do povo, na confecção dos artesanatos e diante dos saberes que envolvem o cotidiano e o contexto cultural do povo, de maneira que

as crianças entendam que as formas de educação do povo pesquisado se distinguiram das crianças não indígenas pelo fato das crianças Entre Serras aprenderem, desde pequenas, suas práticas culturais dentro dos espaços sagrados e nos terreiros de praia, tendo, como base, o apoio dos mais velhos no desenvolvimento da aprendizagem, que se distingui das demais sociedades por apresentar uma educação que tem como base a sua própria cultura.

Diante do contato que as crianças têm com a sociedade envolvente a escola contextualiza os saberes indígenas com os conhecimentos globalizados, desenvolvendo metodologias diversificadas em sala de aula, de acordo com a proposta pedagógica da escola, de forma que os métodos utilizados contemplem ambos os conhecimentos considerados pelo próprio povo como relevantes diante do acesso que os indígenas têm com a sociedade não indígena.

Portanto, para atender todas essas expectativas, constatou-se durante a pesquisa que as escolas do Povo Entre Serras *Pankararu* têm um quadro de professores com formação acadêmica completa e outro com professores que estão cursando, além de contar com os detentores do saber que trabalham, tanto dentro como fora dos espaços escolares, a arte e os saberes que constitui o universo cultural deste povo, onde todos têm como principal objetivo preparar as crianças para conviverem no mundo fora da aldeia e com o mundo no qual está inserida, considerando os processos de ensino e aprendizagem constituídos nos espaços culturais do seu povo.

PARA NÃO CONCLUIR...

Diante dos resultados obtidos por meio da observação *in loco* e do diálogo com os sujeitos sociais indígenas da comunidade em tese, pôde-se constatar que as crianças aprendem em convivência com o outro na comunidade, as práticas culturais, regras estabelecidas e desenvolvidas pelo próprio povo. Nesta perspectiva compreende-se que elas já desenvolvem uma aprendizagem antes de frequentar os espaços escolares. Neste sentido, ao longo da pesquisa entendemos que o ensino e aprendizagem das crianças são caracterizados pelos seus próprios métodos de ensino fora do contexto de sala de aula desenvolvidos nas manifestações culturais.

Contudo, observa-se que o Povo Entre Serras *Pankararu* busca fortalecer a cultura vivenciando as práticas culturais e trabalhando de forma contextualizada os saberes tradicionais com os conhecimentos globalizados dentro do contexto escolar, de maneira que as crianças possam fazer referência à sua cultura, com o desejo de estar fortalecendo e reafirmando seus costumes, tanto no âmbito escolar, como em seu meio sociocultural, ficando evidente que a escola desenvolve procedimentos que busca o intercâmbio entre conhecimentos indígenas e não indígenas, considerando o contato que as crianças têm com a sociedade contemporânea.

As informações apresentadas no decorrer do processo da pesquisa permitiu observar que a educação indígena envolve agentes e narradores que têm o dom da sabedoria, a cerca dos conhecimentos culturais do grupo étnico, ficando evidente que o ensino e aprendizagem das crianças têm como base a presença destes agentes em seu meio social. Na perspectiva deste trabalho, é relevante

reconhecer que o povo indígena mantém viva sua própria forma de educar.

Enfim, seria de grande relevância para os grupos étnicos, que o Estado respeite, de fato, os direitos indígenas previstos no texto constitucional, assim como a criação de um sistema de educação que considere as especificidades dos povos indígenas, no entanto, é predominante no país um modelo educacional padronizado que atenda a toda sociedade sem fazer distinção aos conhecimentos dos povos indígenas.

Finalizamos enfatizando que a presente pesquisa não possui um cunho conclusivo e nem tem a pretensão de esgotar a discussão acerca dos povos indígenas, suas conquistas e desafios. No entanto, aqui se pretendeu discorrer sucintamente sobre a arte de educar as crianças indígenas de Entre Serras *Pankararu*, partindo do pressuposto de que é a partir da educação que os sujeitos sociais se constituem aptos a conhecer seus direitos e lutar pelos mesmos, visando compor uma sociedade mais justa e menos desigual.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **De boa vontade as bibliotecas estão cheias**. Palavra Chave, São Paulo, n. 10, p. 13-16, 1998.
- BEUREN, Ele **Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.
- BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas** (RCNEI). Brasília/MEC: 1998.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Brasília: MEC/SEC, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tv>

[escola/leis/leing394.pdf](#). Acesso em: 20 set. 2013.

_____. Decreto n. 24.628. **Documentos e Legislação da Educação Escolar Indígena**. Disponível em:

<http://www.ufpe.br/remdipe/index.php>

Acesso em: 15 set. 2013.

CAVALCANTE, Luciola Inês Pessoa.

Formação dos Professores na Perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia.

Revista Brasileira de Educação / Jan. /Fev./ Abr./ n. 22. Manaus, 2003.

DEWEY, John. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação do Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.).

Antropologia, História e Educação: A questão indígena e a escola. 2. Ed. São Paulo: Global, 2001.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Fontes Históricas para a avaliação da escola indígena no Brasil**. In. Revista Tellus, Campo Grande: UCDB, n. 3, outubro de 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRUNEWALD, Azevedo Rodrigues de. **Toré Regime encantado do índio do nordeste**. Ed. Massangana, 2005.

JUREMA, Jefferson; ROCHA, Vera (Org.). Livro didático 2: Ensino de Arte e Educação Física na Educação Escolar. Natal: Paidéia, 2005.

MABER, Terezinha Machado. **Formação de professores indígenas: repassando trajetórias**. Brasília: MEC/UNESCO, 2006.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Técnicas de Pesquisa**. 2ª ed. Ver. e Ampl. São Paulo: Atlas, 1990.

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO. **Nosso Povo, Nossa Gente**. Recife/PE: SEC, 2000.

OLIVEIRA, Sílvia Maria. **Movimento Indígena e Educação Intercultural**. Revista Pedagógica Pátio. Porto Alegre/RS, Ano 2, n.06, p. 17-20, ago./ out., 1998.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PANKARARU (PPP). SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **PPP da Escola Santa Clara**. Tacaratu/PE: 2012.

REVISTA CRIANÇA. **Educação Infantil Indígena**. 43 ed. Brasília/MEC: 2007.

REVISTA GUERREIRAS. **Centro de Cultura Luiz Freire**. S/l.S/e. 2012.

REVISTA HISTÓRIA. **Somos Índios: A saga de um povo desconhecido**. Biblioteca Nacional. Ano 8, n.91, abril de 2013.

SILVA, L.; FERREIRA, M. K. L. **Antropologia, História e Educação**. 2 Ed., Cidade: Edit Global, 2001.

VIANA, Viviane de Paula. Programa especial / **Documentário: Cultura Popular e Educação**. TV escola SEED-MEC, Ministério da Educação, Governo Federal, 2007.